

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.759.157 - PE (2020/0238099-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : UNIMED DE JOINVILLE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADOS : RUY PEDRO SCHNEIDER - SC016663
JACSON ROBERTO - SC017428
SAMUEL JOSÉ DOMINGOS - SC026103
MATEUS BONELI VIEIRA - SC026345
AGRAVADO : BRAULIO HENRIQUE SANTOS LOPES
ADVOGADO : ALEXANDRE GUSMÃO PINHEIRO DE ARAÚJO -
PE013662

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por UNIMED DE JOINVILLE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, assim resumido:

TRATA-SE DE APELAÇÃO CÍVEL (FLS 273293) INTERPOSTA POR UNIMED DE JOINVILLE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO CONTRA SENTENÇA QUE PROFERIDA NOS AUTOS DA AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA CC PERDAS E DANOS MORAIS (PROC NO 0038227 5720138170001) PROPOSTA POR BRÁULIO HENRIQUE SANTOS LOPES ORA APELADO QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS NA INICIAL

Alega a recorrente violação dos arts. 186 e 927 do CC, além de dissídio jurisprudencial, diante da inexistência de ato ilícito e de nexo causal aptos a caracterizar dano moral, trazendo os seguintes argumentos:

A Recorrente foi condenada ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R 5.000,00 (cinco mil reais). Contudo, a decisão guerreada viola, o art. 186 do Código Civil, tendo em vista que não houve no presente caso ato ilícito, razão pela qual deve ser afastada indenização por danos morais.

O art. 186 é taxativo: "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ai que exclusivamente moral, comete ato ilícito."

A Recorrente não cometeu ato ilícito em face da parte Recorrida, pois seguiu as disposições contratuais e legais inerentes. Não há o nexo de causalidade entre a conduta decisória a quo. Recorrente e os supostos danos ventilados na Aínda, há que observar que o Acórdão viola expressamente o artigo 927 do Código Civil que dita: "aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo".

É desmedida a conclusão contida na decisão recorrida de que em razão da compensação do abalo psicológico deva ser arbitrada condenação em danos morais, pois a Recorrente respeitou os termos do contrato, não havendo o que se falar em ato ilícito. Doutro formar, o mero inadimplemento contratual não é capaz de gerar danos morais, o que força ainda mais a necessidade de reforma do acórdão.

[...]

Destarte, faltam os requisitos essenciais ao reconhecimento do ato ilícito, razão pela qual, deve ser reformada o acórdão combatido afastando-se a indenização moral alhures concedida. O que está demonstrado na qualificação jurídica dos fatos é que a recusa não pode ser considerada indevida quando a mitigação de contrato, regularmente formalizado, se dê sob o amparo da legislação vigente à época da contratação.

Não se desconhece a evolução da jurisprudência desta Corte, especialmente a partir de 2004, reconhecendo a existência de dano moral quando a recusa indevida de tratamento médico. Porém, no caso em tela, além de se tratar de procedimento excluído da cobertura obrigatória, a concessão do provimento judicial se deu em análise da interpretação benéfica ao consumidor, razão pela qual deve ser afastada a condenação aos alegados danos morais. (fls. 358).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Nesse espeque, em relação à demora na prestação de serviço de saúde, evidente constatar-se não apenas a ocorrência de mero dissabor, por tratar-se da saúde do paciente, que já se encontrava em situação de fragilidade, em razão do seu problema de saúde e ainda precisou buscar pelos meios jurídicos o acesso à terapêutica necessária, perfazendo-se, portanto, a ocorrência do dano moral, passível de indenização. Nesse sentido, a jurisprudência já se manifestou: (...) (fl. 343)

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que o

reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto à presença ou não dos elementos que configuram o dano moral indenizável exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial.

Confirmam-se os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.365.794/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, DJe de 9/12/2013; AgInt no AREsp 1.534.079/ES, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 26/8/2020; AgInt nos EDcl no AREsp 1.341.969/DF, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 26/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.658/PB, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 18/8/2020; e AgInt no AREsp 1.528.011/RJ, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 1º/7/2020.

Ademais, verifica-se que a pretensão da parte agravante é de ver reconhecida a existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea “a”, que, por sua vez, foi obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Quando isso acontece, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Nesse sentido: "A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ também impede o conhecimento do recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade fática entre os paradigmas apresentados e o acórdão recorrido". (AgInt no AREsp 1.402.598/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 22/5/2019.)

E ainda: AgInt no AREsp 1.521.181/MT, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 19/12/2019; AgInt no AgInt no REsp 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; e AgInt no AREsp 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente